

# Cabral usará texto dos 'moderados' no substitutivo

Lula Marques

Janio de Freitas

## Os preços do governo

Os preços estabelecidos pelo governo para a construção da ferrovia Norte-Sul, cuja concorrência o presidente Sarney mandou agora completar-se em novembro para começar a obra no início de 88, são três descomunalmente mais altos do que os pagos pelo próprio governo, em obras equivalentes, que o mesmo dinheiro permitiria construir de duas a quase quatro ferrovias idênticas.

Os 2 bilhões e 440 milhões de dólares que o governo se dispõe a pagar pela Norte-Sul ficarão reduzidos a 1 bilhão e 87,8 milhões de dólares se adotados os preços já reconhecidamente altos do DNER, poupando-se os cofres públicos do saque de 1 bilhão e 352,2 milhões de dólares. Economia maior, portanto, do que o próprio custo final da obra. E mais alguma coisa.

Se adotados os preços da tabela EMOP, uma das planilhas estaduais que regulam os preços de obras públicas, a Norte-Sul custaria apenas 635,5 milhões de dólares, poupando-se os cofres públicos do saque de 1 bilhão e 804,5 milhões de dólares. Ou cerca de três vezes o próprio custo final da obra.

Voltando-se ao DNER, que é do mesmo Ministério dos Transportes que abriga a Valec, com os preços pelos quais remunera suas obras seria possível construir duas Norte-Sul e mais um quarto de uma terceira ferrovia. Isto porque os preços Ministério dos Transportes-Valec mostram-se 124,3% acima dos preços Ministério dos Transportes-DNER, para os mesmos serviços tabulados.

Aplicando-se à obra os preços de serviços da tabela EMOP, com os mesmos 2 bilhões e 440 milhões de

dólares, fixados pelo governo como custo ou obra, seria possível construir três Norte-Sul e quase completamente uma quarta ferrovia. Os preços Ministério dos Transportes-Valec foram elevados 248% acima dos praticados pela EMOP.

O edital de concorrência e as condições gerais para a construção da Norte-Sul foram montadas de maneira a tornar qualquer cálculo comparativo o mais difícil possível. Por isso, para uma concorrência que seria julgada em maio passado, lá para as tantas o edital menciona passagieramente que os preços nele referidos eram de dezembro do ano passado. Depois, encontra-se uma fórmula cabalística para atualização dos preços à ocasião do início da obra e posteriores conveniências de reajuste. Também os inumeráveis itens de serviços diferentes, com os respectivos preços unitários (por metro quadrado, cúbico, tipo de trator etc.) tiveram discriminação e montagem diferentes das demais tabulações. Isto é o truque malicioso de usar preços referentes a dezembro de 86 dificultaram, na verdade frustraram, os esforços de alguns senadores (Afonso Camargo e Mansueto de Lavor, em especial) para examinar na CPI da Norte-Sul a questão do seu preço fabuloso. Mas a intuição deles, vê-se, era correta.

O Geipot, velha sigla ainda aplicada a mais recente Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, acionista forçada da Valec e também subordinada ao Ministério dos Transportes, concluiu em seus estudos que a Norte-Sul poderia custar menos um bilhão de dólares do que os 2 bi e 440 milhões fixados pela Valec. Mas o Geipot chegou ao seu preço

adotando um trajeto mais curto e mais racional para a ferrovia e, ainda, prevendo a bitola de um metro, e não, como a Valec, de 1m60. O estudo foi desconsiderado sem dificuldade.

Para os resultados comparativos que aqui se apresentam, porém, obtiveram-se o Catálogo de Preços EMOP e os preços de contratos do DNER da época mesma em que o Ministério dos Transportes-Valec usaram os seus velhos e disfarçados preços de correção já prevista. E não há, pois, diferenças no tempo. E nem há diferenças, também, nas características das obras: os trabalhos da infra-estrutura da Norte-Sul, objetivo da concorrência anterior e da anunciada, são praticamente idênticos aos de rodovias.

Como quem tenta prevenir-se contra bisbilhotices incômodas e, sobretudo, ameaçadoras, dirigentes da Valec andaram dizendo, há tempos, que haviam adotado os preços usados na Ferrovia Carajás, notoriamente altos, porque obras em regiões insípedas têm custo mais elevado. Em uma frase encaixaram duas inverdades. Quanto ao critério dos preços, os adotados para a Norte-Sul não são os de Carajás, porém cerca de 50% mais altos. E o argumento das regiões insípedas arruina-se por duas frentes: a Valec fixou os mesmos preços para os lotes de obras junto a Brasília e para os lotes situados na Amazônia; os preços do DNER são utilizados também para obras na Amazônia, no Cerrado, no Maranhão, Goiás, em qualquer região da Norte-Sul.

Para deleite dos que pagam impostos, segue-se pequena amostra do destino pretendido para o fruto de seu trabalho pelos patronos da Norte-Sul:

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, relator da Comissão de Sistematização, vai utilizar o projeto constitucional do "grupo moderado" como o principal subsídio para a redação de seu substitutivo, que será divulgado no próximo dia 24. Apelidado de "Projeto Hércules", o texto dos "moderados" — entregue ontem a Cabral —, reúne também a solução negociada com o grupo do "consenso" (de perfil de "centro-esquerda") em torno de seis pontos polêmicos da nova Constituição.



Richa, líder do "grupo moderado", entrega o "Projeto Hércules" a Cabral

"Naquilo que o trabalho convergir com o nosso será aprovado. No que divergir, vamos ouvir as lideranças na Constituinte", disse Cabral. Na próxima segunda-feira, o relator apresenta um esboço de seu substitutivo às lideranças do PMDB, que se reunirão na residência do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte.

Depois desta reunião prévia com os peemedebistas, Cabral se encontra, na quinta-feira, com os líderes de todos os partidos no Congresso constituinte para discutir soluções para os pontos polêmicos. Segundo sua previsão, apenas o sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney serão pontos inconciliáveis, devendo ser discutidos e votados pelo plenário do Congresso constituinte, a partir do dia 20 de setembro.

Cabral estava "satisfeito" com a solução consensual encontrada pelos dois grupos suprapartidários para os temas "Anistia", "Comunicação", "Questão Urbana", "Saúde", "Presença do Estado na Economia" e "Sistema Financeiro". Em outros seis pontos, apesar de avanços alcançados nas negociações com redação conjunta de muitos artigos os grupos apresentaram soluções distintas.

### Entrega

O senador José Richa (PMDB-PR), líder do "grupo moderado", fez a entrega solene do "Projeto Hércules" no 24.º andar do prédio do Banco do Brasil, no Setor Bancário Norte de Brasília. Ali, Cabral esteve reunido pela manhã com Ulysses, com o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), e com os relatores-adjuntos, senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Wilson Barbosa Martins (PMDB-MS), José Inácio Ferreira (PMDB-ES), e deputados

## Projeto nasceu 'Frankenstein' e virou 'Hércules'

O nome de "Projeto Hércules" surgiu de uma brincadeira entre as dez pessoas da equipe que prestou assessoria aos constituintes que elaboraram o projeto. O projeto, na verdade, é a sexta de uma série de versões nas quais artigos iam sendo suprimidos ou modificados. Cada versão recebeu um nome, para que os assessores os pudessem diferenciar uma da outra.

O ponto de partida foi o Projeto Cabral, que ganhou o apelido de "Frankenstein" (da novela da escritora Mary Shelley, 1797-1851), por conter dispositivos incompatíveis entre si. O nome do primeiro projeto alternativo foi "Quasimodo" (o corcunda do romance "Notre-Dame de Paris", romance de Victor Hugo, 1802-1885), monstruoso mas nem

tanto. Já o apelido seguinte era mais pretensioso: "Atena", deusa grega da sabedoria.

Seguiram-se vários nomes mitológicos: "Medéia" (a que engoliu os próprios filhos), alusão aos artigos "engolidos"; depois, um nome nebuloso, "Tântalo" (condenado a ver sempre os objetos de seu desejo, sem alcançá-los, por querer igualar-se aos deuses).

A penúltima versão, "Icaro", primeira a ser divulgada, invoca o herói que conseguiu voar com asas feitas de penas unidas com cera, que se desprenderam com o calor do sol, como os artigos supérfluos ou redundantes.

"Hércules", nome da versão final, é obviamente uma alusão à "força" que dele esperam seus autores.

Nelson Jobim (PMDB-RS) e Adolpho de Oliveira (PL-RJ)

Embora Cabral tenha iniciado a redação de seu substitutivo antontem, o prazo para apresentação de emendas esgotou-se às 24h de ontem. Ele esperava receber cerca de quinze mil emendas dos constituintes e aproximadamente cem emendas populares. Um grupo de mais de vinte assessores da Câmara e do Senado estão trabalhando, numa ampla sala da sede do Banco do Brasil, na classificação das emendas dos parlamentares.

Além do "Projeto Hércules", Cabral vai usar as emendas apresentadas pelos grupos suprapartidários como material básico para seu substitutivo. O grupo "moderado" dividiu seu substitutivo em dez blocos de emendas, onde apresenta algumas soluções diferenciadas do "grupo do consenso". Como os "moderados" não chegaram a um consenso sobre a

"Reforma Agrária", não fizeram nenhuma sugestão.

O grupo do "consenso" apresentou emendas sobre "Reforma Agrária", "Reserva de Mercado", "Meio Ambiente", "Educação", "Tribunal Constitucional e Judiciário" e "Sistema Tributário", totalizando 35 emendas. Apesar da "Reforma Agrária" ser o ponto de maior divergência entre os grupos, uma reunião, na noite de antontem, entre o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, e os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), pelos "moderados", e o deputado Jaime Santana (PFL-MA), pelo "consenso", avançou numa solução.

Além de acelerar o processo judicial que avalia a validade da desapropriação, o grupo está estudando a possibilidade de indenização em dinheiro para a propriedade que for considerada produtiva, a partir de uma avaliação do Poder Judiciário.

## Questões polêmicas estão definidas

O relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, disse ontem que o substitutivo que apresentará às lideranças partidárias no dia 20 está praticamente definido até mesmo em suas questões mais polêmicas, como reforma agrária, princípios gerais da economia, anistia, questão trabalhista, comunicação, saúde e sistema tributário e financeiro.

"As únicas coisas que ainda pegam são sistema de governo e duração do mandato presidencial", disse Cabral. Ele afirma, no entanto, que a tendência é surgir um substitutivo "mais parlamentarista que o atual", enquanto a questão do mandato deve ser decidida pelo plenário do Congresso constituinte.

O relator tem prazo até o dia 23 para apresentar o substitutivo à Comissão de Sistematização para recebimento de emendas. Na segunda-feira, ele dará conhecimento ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), de um esboço do substitutivo. No dia 20, apresentará o trabalho às lideranças dos partidos,

em uma tentativa de obter consenso em torno dos temas mais polêmicos.

"O presidente Sarney vai ter um papel fundamental na implantação do parlamentarismo. Ele deve ter a consciência deste papel histórico, pois será o encarregado desta transição de sistema de governo", disse o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), 81. Ele não acredita que o presidente Sarney faça pressões pela manutenção do presidencialismo: "Quando era senador, ele inclusive fez discursos em defesa do parlamentarismo", disse Arinos.

A anistia será nos termos propostos pelo senador José Agripino Maia (PFL-RN), do "grupo do consenso". O conceito de empresa nacional será o de empresa com mais de 50% de capital em mãos de brasileiros, sob a direção de brasileiros e com sede em território nacional. Mas fica instituída a "empresa brasileira com capital estrangeiro". Quanto à questão trabalhista, não será incluído nenhum dispositivo sobre duração de jornada de trabalho e a garantia do emprego será resolvida mediante a "proibição de demissões imotivadas".

## Relator nega ter havido proposta de suborno

O relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), negou as versões publicadas ontem por alguns jornais de que teria recebido proposta de suborno, por parte da Companhia Souza Cruz e da R.J. Reynolds, fabricantes de cigarros, para que eliminasse o parágrafo 1º do artigo 404 do seu projeto. Este parágrafo proíbe a propaganda de cigarros, bebidas, medicamentos e agrotóxicos nos meios de comunicação.

"Em nenhum momento afirmei de forma direta ou oblíqua que tentaram me subornar. Apenas comentei, informalmente, que se não fosse um homem sério, com tantos interesses contrariados em jogo, eu poderia acabar rico", afirmou o deputado.

Cabral recebeu antontem um grupo de publicitários, que pediu a revogação do dispositivo. O relator disse que negou. "Este parágrafo e o artigo passaram pela subcomissão e pela comissão temática que trataram do assunto. Assim, eu não posso revogá-lo", disse.

## Fiergs entrega emenda contra estabilidade

Da Sucursal de Brasília

Um grupo de 190 empresários gaúchos, ligados à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), entregou ontem, último dia para o recebimento de emendas populares ao projeto Cabral, proposta contra a inclusão no texto da futura Constituição da estabilidade no emprego e na redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Acompanhado pelo deputado José Roberto Ponte (PMDB-RS), e liderados pelo presidente da Fiergs, Luis Mandelli, os empresários foram também ao Palácio do Planalto, onde pediram ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, maior liberdade para a iniciativa privada.

Outro grupo de empresários, ligados à Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias de Brasília e Associação das Empresas dos Setores de Indústria, Abastecimento e Gráfica, através de emenda com 108 mil assinaturas, reivindicam a obrigatoriedade da manutenção, "em cooperação, de escolas de aprendizagem para menores e cursos de qualificação e aperfeiçoamento para seus trabalhadores".

Antontem a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo já haviam encaminhado emenda afirmando que a "ordem econômica tem por finalidade a satisfação das necessidades humanas", a "liberdade de iniciativa

privada", a organização da economia segundo as leis de mercado, com prioridade para a empresa privada, que "em caráter excepcional, poderá o Estado desempenhar atividade econômica ainda que sob a forma de monopólio, autorizado por lei especial" e garante o direito de propriedade, "não havendo expropriação salvo em casos definidos previamente por lei, de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social, mediante prévia e justa indenização".

Ainda a Fiesp, o Centro da Indústria de São Paulo e a Federação das Indústrias de Brasília, propõem a preservação do Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), como organizações com estrutura de direito privado e com suas fontes de receita mantidas.

## Propostas de emenda popular chegam a 91

Da Sucursal de Brasília

Até as 19h30 de ontem, haviam chegado ao Congresso constituinte 91 propostas de emenda popular ao projeto da nova Constituição, com um total de doze milhões de assinaturas. As emendas — cuja prazo de apresentação terminou às 24h — propõem desde a realização de um plebiscito para a volta do regime monárquico até a criação do Estado de São Francisco.

Um grupo de mais de trezentas crianças paralisou o Congresso, no início da tarde, ao entregar ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, uma proposta de emenda popular — com 66 mil assinaturas — em defesa dos direitos da criança. Essas crianças, que estudam em escolas de Brasília, estavam acompanhadas de uma ban-

da que tocou, entre outras músicas, "Submarino Amarelo", de Lennon e McCartney. A emenda foi patrocinada pela Sociedade Brasileira de Pediatría, pelo comitê brasileiro da Organização Mundial da Educação Pré-Escolar e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Mas a emenda que movimentou maior número de constituintes foi a que o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, entregou a Ulysses Guimarães, propondo eleições presidenciais diretas em 15 de novembro de 1988 e que teve 96.863 assinaturas. Durante a entrega, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) puxava um coro de "um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil" e "Sarney até 90 o povo não aguenta".

Covas fez um discurso elogiando

Ulysses e lamentando que ele não fosse um dos signatários da emenda (Cristina Tavares gritava "assina, assina"). Mas disse que a emenda era uma homenagem a Ulysses, "que simboliza a própria essência deste movimento". O senador, criticando o presidente Sarney, afirmou que "mandato presidencial não é mercadoria, capaz de receber desconto" e que a "única lógica para cinco anos de mandato é ser a média aritmética entre quatro e seis anos".

Ulysses Guimarães disse que "Mário Covas é meu líder, o nosso líder, e eu sou obediente". Acrescentou que o senador deve ser um bom jogador de "snooker", pois "me deixou aqui em uma sinuca de bico". Mas justificou-se: "Há, às vezes, atitudes em nossa vida política que constituem um imperativo não ajustado a nossa vocação".

## TABELA COMPARATIVA DE ALGUNS PREÇOS DA NORTE-SUL COM OS DO DNER E DA EMOP

em Cz\$

	Valec	DNER	EMOP	Acréscimos %	
				Valec/DNER	Valec/EMOP
1 — Escavação, carga, descarga, transporte, a 600m e espalhamento de material de 1ª categoria (m3)	49,61	20,91	12,98	137	282
2 — O mesmo, a 1 km	61,04	25,91	16,39	136	272
3 — O mesmo a 1,125 km	64,30	28,78	17,10	123	276
4 — O mesmo a 1,9 km	84,51	39,69	19,34	113	337
5 — O mesmo a 3 km	82,54	42,52	20,74	94	298
6 — Aterro compactado com 95% Proctor Normal (m3)	19,86	6,99	4,85	184	309
7 — Concreto FCK = 150	2.523,76	669,16	570,50	261	342
8 — Concreto FCK = 180	2.582,66	732,67	596,58	252	333
9 — Fornecimento, preparo e colocação de um módulo de aço, CA 30/60	37,70	10,73	11,01	174	242

Este levantamento dos preços da Norte-Sul é dedicado ao empresário Lúcio Vasconcelos Lana e Souza, vice-presidente do Tritec, um dos beneficiados na concorrência anulada, que disse, na CPI do Senado, que "o Brasil deveria ter um local parecido com a Sibéria para colocar sujeitos como Janio de Freitas, que tanto mal fazem ao país".

## Florestan defende ensino público

Da Sucursal de Brasília

O deputado Florestan Fernandes (PT-SP), de esquerda, defendeu ontem a inclusão, na nova Constituição, de um artigo que garanta a destinação de recursos públicos "exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo governo federal, pelos Estados, Distrito Federal e municípios". Conforme sua proposta, as verbas públicas somente poderiam ser repassadas para fundações e

associações sem fins lucrativos, até um prazo de dez anos após a promulgação da Constituição.

Florestan foi um dos parlamentares que discursaram na sessão extraordinária noturna de ontem, destinada a discutir o item "Educação" do projeto da Constituição elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro. Marcada para as 18h45, a sessão só começou às 20h05, sendo que os primeiros vinte

minutos foram tomados por uma discussão sobre uma caravana que não tinha senhas para entrar nas galerias. O quórum oficial era de 421 parlamentares, mas havia apenas cerca de trinta no plenário.

As discussões temáticas do Congresso constituinte prosseguem no próximo dia 18, terça-feira, com o item "Sistema Eleitoral e Voto Distrital". Para o dia 19 está programada a "Reforma Urbana" e, para o dia 20, "Saúde e Previdência Social".

## 'Conservadores' não formalizam bloco

Da Sucursal de Brasília

Divididos, os parlamentares "conservadores" do Congresso constituinte não conseguem formalizar um bloco suprapartidário que represente seus interesses. Os constituintes de "centro-direita" rechaçam as posições de alguns parlamentares que estão tentando articular o grupo classificando-os como de "extrema-direita". "As reuniões quando são convocadas por posições radicais não têm adesão", disse o deputado Gui-

lherme Afif Domingos (PL-SP), de centro-direita, ao explicar o fracasso de um encontro convocado para ontem de manhã pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), centro-direita.

"A reunião foi sabotada", afirmou Cardoso Alves. Procurando minimizar o fracasso do encontro, ele disse que "não tem preocupação com reuniões ou documentos". Mesmo assim, ele reconheceu a existência de um grupo dos "conservadores". Cardoso

Alves não mostra os nomes dos deputados e senadores que apoiam a articulação, mas não são mais do que cinquenta.

Afif Domingos confirmou ontem a articulação de um grupo de "centro", com a participação de parlamentares de seis partidos, que poderão apresentar emendas ao projeto de Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, na segunda fase dos atuais trabalhos. "Mas vamos isolar os radicais", afirmou ele.

## Anistia para os militares pode ser reestudada

Das Sucursais de Brasília e do Rio

O relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse que a anistia aos militares cassados é um assunto que terá de ser reestudado por ele, pelas lideranças partidárias e pelos relatores-adjuntos, pois tem, segundo afirmou, "provas concretas de que a assinatura do saudoso presidente Costa e Silva em vários atos de punição de civis e militares em 1969 foi falsificada".

Segundo Cabral, este fato comprova que há punições que merecem um tratamento especial da Constituinte. A convocação de Bernardo Cabral baseia-se em documentos que lhe foram apresentados pelo comandante cassado Dalmir Honaiser, da Marinha. O ex-comandante Honaiser conseguiu laudos do perito paulista Celso del Picchia e do Instituto Carlos Ebboli, da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro.

Os laudos comprovam que o ato de cassação de Honaiser, assinado no dia 27 de agosto de 1969, traziam a assinatura do ex-presidente falsificada. Iolanda Costa e Silva, viúva do ex-presidente. Iolanda Costa e Silva, procurada às 21h30 de ontem, no Rio, não quis se manifestar.

Os líderes do Movimento pela Anistia aos Militares Cassados, Costa Ferro e José Miguel Camolez, consideram grave o ato de falsificação.

## Ulysses confirma Wilson Campos para a Sudene

Da Sucursal de Brasília

O presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), 70, disse ontem que o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson Campos (PMDB), 37, deverá ser o novo superintendente da Sudene, em lugar de Dorany Sampaio, demitido pelo presidente José Sarney no último dia 6. "A coisa caminha mesmo neste sentido. Deve ser o Carlos Wilson, que é o preferido pelos governadores do Nordeste", afirmou Ulysses no prédio do Banco do Brasil, em Brasília, onde se reuniu com o relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM), e os relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB) afirmou que antontem, após se encontrarem em Delmiro Gouveia (330 km a oeste de Maceió-AL), onde participaram da inauguração das obras da Usina Hidrelétrica de Xingó, os governadores nordestinos apresentaram ao presidente Sarney o nome de Carlos Wilson para dirigir a Sudene, e que o presidente deverá nomeá-lo após o próximo dia 20.

O governador pernambucano disse que, durante a viagem de Sarney, os governadores nordestinos devem se reunir para discutir a reestruturação do órgão.

## Sarney viajará para o México no domingo

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney embarca no próximo domingo, 16, para o México, com dois objetivos principais: discutir a questão do endividamento externo com o presidente mexicano, Miguel de la Madrid, e fechar um compromisso de ampliação de relações comerciais entre os dois países, deterioradas a partir de 1981 com a redução das importações do petróleo daquele país e da venda da soja brasileira.

Viajarão ao México com Sarney os ministros da Fazenda, Bresser Pereira; da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco; das Minas e Energia, Aureliano Chaves; das Relações Exteriores, Abreu Sodré, além do diretor da Cacex, Samir Salek.

Sarney chega à Cidade do México às 19h35, mas só será recebido às 10h de segunda-feira pelo presidente do México, no Palácio Nacional. Na terça, terá um encontro com intelectuais. No dia seguinte Sarney irá para Guadalajara para uma programação cultural, sendo recebido pelo governador do Estado de Jalisco. Em Guadalajara, participará de um almoço oferecido pelo presidente do Conselho Empresarial Mexicano para Assuntos Internacionais, Enrique Madero Brado. O retorno ao Brasil, no aeroporto de Guadalajara, está marcado para as 9h de quinta-feira, com escala em Cali, na Colômbia.